



## **CARTA DE KORI YAUOPË**

**Pela Cooperação Binacional entre Brasil e Venezuela para o Combate ao Garimpo Ilegal e a Proteção do Povo Yanomami na Região de Fronteira**

III Assembleia Geral da URIHI Associação Yanomami  
*“Pexita a temi, Yanomami yamaki ninimi” (“Terra curada, povo com vida”)*

**Ao Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil**

**Ao Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil  
Sr. Mauro Vieira**

**C/C:**

**À Casa Civil da Presidência da República**

**À Secretaria-Geral da Presidência da República**

**Ao Ministério da Justiça e Segurança Pública**

**Ao Ministério da Defesa**

**Ao Ministério dos Povos Indígenas**

**Ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**

**Ao Ministério da Saúde**

**À Presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI**

**À Casa de Governo em Roraima**

Senhores(as) autoridades,

Nós, lideranças Yaomami representantes das comunidades das regiões de Surucucu, Homoxi, Xitei, Waputha, Hakoma e Maloca Paapiú, reunidos durante a III Assembleia Geral da URIHI Associação Yanomami, realizada na



Comunidade Kori Yauopë, na Terra Indígena Yanomami, município de Alto Alegre – RR, dirigimo-nos respeitosamente às autoridades brasileiras para manifestar nosso reconhecimento pelos avanços alcançados no combate ao garimpo ilegal e, ao mesmo tempo, apresentar uma preocupação que permanece ameaçando nosso povo e nosso território.

Reconhecemos os esforços empreendidos pelo Governo Federal, pela Casa de Governo, pela FUNAI, pelos órgãos de fiscalização, pelas forças de segurança e pelas demais instituições envolvidas no processo de desintrusão da Terra Indígena Yanomami. Os resultados apresentados durante nossa Assembleia demonstram uma expressiva redução do garimpo ativo no lado brasileiro do território, representando um avanço importante para a proteção de nossas comunidades, de nossa floresta e de nossos rios.

Entretanto, durante a Assembleia avaliamos que parte significativa das estruturas de apoio ao garimpo ilegal permanece ativa na região de fronteira entre Brasil e Venezuela. Áreas de exploração mineral, pistas de pouso clandestinas, centros de abastecimento e redes logísticas continuam operando em território venezuelano, sustentando atividades ilegais que afetam diretamente as comunidades Yanomami dos dois lados da fronteira.

Na região de Homoxi, por exemplo, permanece em funcionamento, do lado venezuelano, o garimpo conhecido como “Taboca”, que continua produzindo graves impactos ambientais, sanitários e sociais. Na região de Xitei, as comunidades relatam intensa movimentação de aeronaves e estruturas logísticas vinculadas ao garimpo ilegal, mantendo uma dinâmica transfronteiriça que dificulta a consolidação dos resultados alcançados pelas operações realizadas no Brasil.

As comunidades Yanomami localizadas na faixa de fronteira continuam convivendo com a circulação de armas, munições e pessoas ligadas à atividade garimpeira. Essa situação tem aumentado os riscos à segurança das comunidades, ampliado conflitos internos e contribuído para a permanência de ameaças ao território.

Além disso, a crise sanitária associada ao garimpo ilegal permanece sendo um dos maiores desafios enfrentados pelo povo Yanomami. A malária continua circulando livremente através da fronteira internacional, enquanto as ações de vigilância epidemiológica e assistência à saúde permanecem



limitadas pelas divisões territoriais entre os dois países. As áreas degradadas pelo garimpo favorecem a proliferação do mosquito transmissor da doença, dificultando os esforços realizados pelas equipes de saúde.

As lideranças Yanomami compreendem que a continuidade das estruturas garimpeiras na região de fronteira representa um dos principais obstáculos à consolidação dos resultados alcançados após a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada pelo Governo Federal em Janeiro de 2023. Enquanto persistirem bases de apoio ao garimpo na fronteira, os impactos ambientais, sanitários e sociais continuarão ameaçando nosso povo.

Diante dessa realidade, solicitamos ao Governo Brasileiro que promova o estabelecimento de um mecanismo permanente de cooperação binacional entre Brasil e Venezuela para o enfrentamento do garimpo ilegal e seus impactos sobre os povos indígenas da região de fronteira.

Como parte desse mecanismo, propomos a criação de uma Câmara Técnica Binacional composta por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países, autoridades responsáveis pelas áreas de proteção territorial, saúde, meio ambiente e segurança pública, bem como representantes das organizações indígenas Yanomami e Ye'kwana do Brasil e da Venezuela.

Entendemos que essa Câmara Técnica deverá coordenar a elaboração de um Plano Binacional de Combate ao Garimpo Ilegal na região de fronteira, incluindo ações integradas de monitoramento territorial, repressão às atividades ilícitas, combate às redes de financiamento do garimpo e proteção das comunidades indígenas afetadas.

Da mesma forma, consideramos fundamental que sejam estabelecidos mecanismos permanentes de cooperação sanitária entre os dois países, voltados ao controle da malária e de outras doenças transmissíveis, ao fortalecimento da vigilância epidemiológica e à ampliação da assistência à saúde nas regiões fronteiriças.

Reafirmamos que os povos Yanomami não são um povo dividido pela fronteira. Nossa presença no território é anterior à existência dos Estados nacionais e nossos vínculos familiares, culturais, espirituais e territoriais



permanecem conectando comunidades localizadas dos dois lados da fronteira entre Brasil e Venezuela.

Por essa razão, acreditamos que a proteção efetiva do povo Yanomami exige também respostas integradas entre os dois países.

A URIHI Associação Yanomami coloca-se à disposição para colaborar com a construção dessas estratégias e contribuir para o fortalecimento do diálogo entre os governos e as comunidades diretamente afetadas por essa realidade.

Confiamos na capacidade diplomática do Estado brasileiro e no compromisso das instituições públicas com a proteção dos direitos dos povos indígenas, na expectativa de que possamos construir soluções duradouras para garantir a proteção da floresta, da saúde, da vida e da dignidade do povo Yanomami.

Respeitosamente,

Comunidade Kori Yauopê, 21/5/2026, região Surucucu – TIY/RR

Waihiri Hekurari Yanomami  
Presidente da URIHI

**WAIHIRI HEKURARI YANOMAMI**  
Presidente da URIHI Associação Yanomami

**JENIFER YANOMAMI**  
Vice-Presidente da URIHI Associação Yanomami

**XAPORITA YANOMAMI**  
Conselho Fiscal da URIHI Associação Yanomami